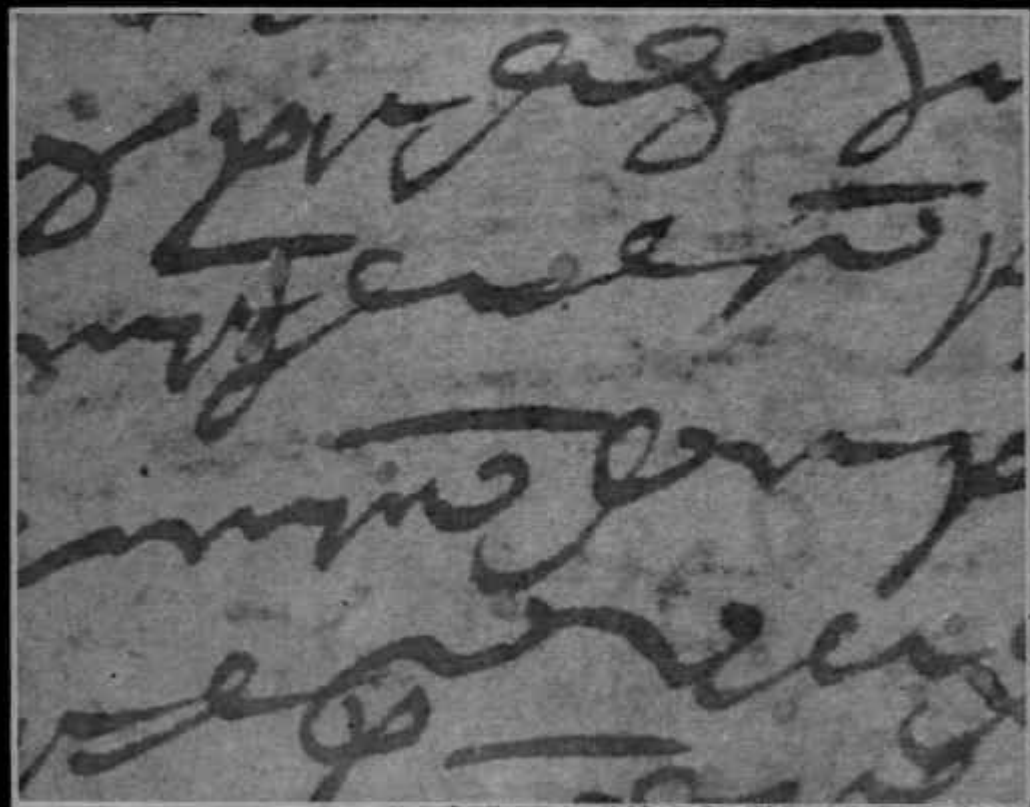

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



Perfil institucional

Arquivo Nacional

Em 2 de janeiro de 1988 o Arquivo Nacional comemorou seus 150 anos de existência. Instituído pela Constituição Imperial de 1824 e regulamentado sob a denominação de Arquivo Público do Império, por decreto de 2 de janeiro de 1838, assinado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro e secretário dos Negócios do Império, suas atividades, no entanto, somente iriam iniciar-se em 1840, numa dependência da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, à rua Guarda-Velha (atual 13 de Maio), sendo seu primeiro diretor Ciro de Brito.

O Arquivo Nacional, embora guardião de documentos históricos, não é um mero repositório de papéis antigos expostos à curiosidade do público. Antes de servir à história, dá apoio à administração pública federal, depositário que é da documentação por ela produzida ao longo do tempo. Seu acervo é franqueado tanto ao pesquisador que busca elementos para o seu trabalho acadêmico como o simples cidadão que procura, por exemplo, sua origem genealógica ou documento probatório que pode resolver uma questão judicial. Suas competências são recolher, preservar e dar acesso aos documentos produzidos e acumulados por instituições governamentais da esfera federal, bem como atuar como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos.

Seu acervo, um dos maiores da América Latina, é constituído por mais de 18 mil metros lineares de documentação escrita, cerca de 8.500 filmes abrangendo os fundos documentais da Agência Nacional e da Empresa Brasileira de Notícias, vinte mil registros sonoros sob a forma de discos e fitas audiomagnéticas, 350 mil imagens, 11 mil mapas e plantas oficiais datados do século XVII até o início do século XX e, ainda, cerca de 35 mil volumes na Biblioteca e no Setor de Arquivo Impresso.

Mais de 18 quilômetros de documentos escritos, que compreendem cerca de dois bilhões de papéis, abarcam fundos públicos e privados do século XVI aos nossos dias. Dentre os públicos destacam-se os provenientes de órgãos e repartições da administração colonial, das secretarias de Estado, da Presidência da República, do Judiciário, como tribunais e cartórios, e textos legais, incluindo constituições e emendas constitucionais. Os fundos privados são arquivos e coleções de pessoas, famílias e instituições oriundos da atuação de seus titulares em diversas áreas e níveis de decisão da vida pública: literária, artística, cultural etc.

Em seus 150 anos de existência, teve 17 administradores efetivos e quatro diretores substitutos. Entre as administrações, pode-se citar a de Machado Portela (1873-1898) que, com uma ação decidida, deu início a uma política sistemática de recolhimento, mais tarde sustada pelos diretores que o sucederam, sob diversas alegações, entre as quais a mais comum foi a da falta de espaço. A de José Honório Rodrigues, no período de 1958-1962, além de trazer do exterior especialistas para orientar o arranjo da documentação, deu início também à tradução e à publicação de textos técnicos, fundamentais para o conhecimento da moderna arquivística. Coube, sem dúvida, a esse diretor, o mérito de haver lançado as raízes de uma nova concepção de arquivo no Brasil, depois ampliada. Somente na década de 1970, na gestão Raul do Rego Lima (1970-1980), o governo federal mostrou alguma sensibili-

dade para com a matéria, baixando dois atos: o primeiro criou, na nova estrutura organizacional do Arquivo Nacional, uma Divisão de Prê-Arquivo, em Brasília; o outro instituiu o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do poder público. Na estrutura desse Sistema, o Arquivo Nacional é seu órgão central. Ainda sob a direção de Raul Lima, a instituição passou a editar seu *Mensário*, publicação que a projetou nacional e internacionalmente.

O processo de modernização institucional iniciado em 1961 é, hoje, irreversível e conta com inúmeras conquistas em várias frentes. Uma delas é a nova sede, capaz de garantir a preservação dos documentos já custodiados pelo Arquivo Nacional, bem como dos que, em futuro próximo, sejam recolhidos. Novos métodos de trabalho permitiram a completa identificação do imenso acervo. Como resultado, surgiram experiências e metodologias até então inéditas no país, no que respeita a arquivos públicos, as quais o Arquivo Nacional repassa, sob a forma de assistência técnica, cursos, seminários, publicações etc., aos congêneres estaduais e até mesmo aos arquivos privados.

Outra preocupação foi a de estabelecer um depósito de arquivamento intermediário no Rio de Janeiro, a exemplo do de Brasília, criado em 1975. Paralelamente à identificação, arranjo e descrição do acervo já sob sua guarda, o Arquivo Nacional procedeu ao levantamento da documentação que permanecia nos órgãos da administração pública federal sediados no estado do Rio de Janeiro após a mudança da capital. Na maioria dos casos, essa documentação encontrava-se em lastimável estado de conservação e sem qualquer tratamento técnico. Como resultado, foram detectados 180 mil metros lineares de documentos não recolhidos; isto é, dez vezes a quantidade de documentos depositados nas dependências da instituição.

Na tentativa de sanar o problema criou-se, então, a Divisão de Arquivos Intermediários, com a incumbência de avaliar, selecionar, eliminar e transferir ao Arquivo Nacional aquela documentação que, embora sem utilização corrente nos órgãos de origem, destinar-se-á, no futuro, à guarda permanente.

O interesse despertado nos organismos internacionais pelo programa de modernização do Arquivo Nacional resultou em sua admissão como membro do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, órgão da Unesco responsável pela promoção e coordenação, em todo o mundo, das atividades no campo da arquivística. Além disso, levou à sua escolha, pela Unesco, para desenvolver, na América Latina, durante o biênio 1984-1985, o projeto-piloto de modernização de arquivos históricos de tipo tradicional. A implantação de tal projeto resultará na formação de profissionais especializados em documentação e arquivo, na criação de centros de pesquisa destinados à conservação de documentos em regiões tropicais e em maior integração entre instituições arquivísticas do Brasil e da América Latina.

O prosseguimento das atividades até agora desenvolvidas pelo Arquivo Nacional possibilitar-lhe-á o exercício da dupla função de destinatário final dos documentos produzidos pela administração pública federal e de órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, consolidando de forma irreversível uma técnica e um perfil institucional. O objetivo último é capacitar o Arquivo Nacional a apoiar o governo e o cidadão em suas demandas de informações, situando-o como pólo irradiador de uma política nacional de arquivos.